### **PORTARIA N. 1521/2024**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, combinado com o art. 8º, §3º, e art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021, com fulcro nos dispositivos do Ato PGJ n. 018/2023, e considerando o teor do e-Doc n. 07010743246202485,

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Gestor e de Fiscal Técnico e Administrativo, titular e substituto, respectivamente, conforme a seguir:

GES	TOR			
Titular	Substituto	CONTRATO	INÍCIO	OBJETO



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS							
João Lino Cavalcante Neto Matrícula n. 121035	Fernando Antonio Garibaldi Filho Matrícula n. 106810	104/2024	15/11/2024	O fornecimento de assinaturas digitais do Jornal do Tocantins, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.			
FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO							
		CONTRATO	INÍCIO	ОВЈЕТО			

				1
Titular	Substituto			
Daniela de Ulyssea Leal Matrícula n. 99410	Denise Soares Dias Matrícula n. 8321108	104/2024	15/11/2024	O fornecimento de assinaturas digitais do Jornal do Tocantins, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do Ato PGJ n. 018/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de novembro de 2024.

# **LUCIANO CESAR CASAROTI**

Procurador-Geral de Justiça



### Assinaturas do documento

Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)
Na data: 11/11/2024 às 18:57:08
SIGN: 8519b4986db5c706e09e7fdd937ffcd79a189ab8
URL: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/8519b4986db5c706e09e7fdd937ffcd79a189ab8

Este documento foi assinado eletrônicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no ambito do Ministério Público do Estado do Tocantins, segundo o Ato 071/2012 da PGJ.